

Click to verify



Questões direito penal parte geral

Listagem de Questões sobre DIREITO PENAL - PARTE GERAL Navegue em mais matérias e assuntos Início Simulados Detalhes 27 questões 3669 participantes Como deseja realizar este simulado? Acompanhe seu desempenho e participe do ranking. Iniciar e enviar respostas Acompanhe seu desempenho e participe do ranking. Iniciar e enviar respostas Disciplinas e assuntos deste simulado Concurso Formal 1 questão Concurso Material 1 questão Teoria Geral do Crime 4 questões Classificação dos Crimes 1 questão Quanto ao Lugar 1 questão Crime à distância 1 questão Lei penal no tempo 7 questões Tempo do Crime 6 questões Teoria da Atividade 2 questões Aplicação da Lei Penal 15 questões Abolitivo Crimiais 1 questão Lei Penal no Espaço 6 questões Territorialidade 2 questões Lugar do Crime 6 questões Reconhecimento de ofício pelo juiz da incompetência absoluta ou relativa 1 questão Da Prisão e da Liberdade Provisória 1 questão Por que fazer um simulado? Você testa seu conhecimento e acompanha a sua evolução. Você pratica como se fosse o dia da prova, do jeito que a banca cobra. Você intensifica o seu preparo e aumenta a sua autoconfiança. Afinal, treino difícil, jogo fácil! Utilizamos cookies e tecnologias semelhantes para aprimorar sua experiência de navegação. Política de Privacidade. Page 3 Utilizamos cookies e tecnologias semelhantes para aprimorar sua experiência de navegação. Política de Privacidade. Page 4 Utilizamos cookies e tecnologias semelhantes para aprimorar sua experiência de navegação. Política de Privacidade. O Direito Penal abrange normas que regulam as infrações e suas consequências. A parte geral do Direito Penal estabelece princípios fundamentais. Esse conhecimento é essencial para candidatos a vestibulares e ENEM. Resolução Detalhada: A teoria do crime é composta de três elementos essenciais: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Tipicidade refere-se à congruência entre o fato e a norma penal, a antijuridicidade determina a possibilidade de o ato ser considerado ilícito e a culpabilidade analisa a reprovação do agente pelo fato cometido. Resolução Detalhada: A culpabilidade consiste na capacidade de o agente entender suas ações e optar por comportamentos que respeitem a lei. Envolve a responsabilidade moral e ética, permitindo a reprovação do comportamento delitivo. Portanto, é um fundamento para a punição no Direito Penal. Resolução Detalhada: O erro de tipo é um vício cognitivo que ocorre quando o agente, ao cometer uma infração penal, não tem conhecimento dos elementos que integram o tipo penal. Isso pode levar à exclusão da tipicidade e, consequentemente, da responsabilização criminal. Resolução Detalhada: O princípio da legalidade, consagrado no artigo 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal, e a reserva legal determinam que ninguém pode ser punido por uma conduta que não está previamente cadastrada como crime na legislação penal. Isso é essencial para a proteção dos direitos individuais. Resolução Detalhada: A inimputabilidade penal ocorre quando um agente não possui capacidade de entendimento sobre o caráter ilícito do fato em decorrência de condições como transtornos mentais ou desenvolvimento incompleto, o que o exime de responsabilidade penal. Resolução Detalhada: A tipicidade é um dos elementos do crime. Ela refere-se à adequação entre um comportamento e a descrição prevista na norma penal, ou seja, se a conduta prática se encaixa na tipificação do delito, o que é crucial para a responsabilização do agente. Portanto, sem tipicidade, não há delito. Resolução Detalhada: A política criminal é um conjunto de princípios e diretrizes que visa a prevenção da criminalidade, a promoção da segurança pública e a aplicação eficaz da justiça penal. Portanto, abrange a proteção da sociedade e a busca de métodos que evitem a prática de delitos. Resolução Detalhada: O princípio da insignificância, comumente aceito pelos tribunais, determina que certas condutas de mínima gravidade, que não afetam significativamente a sociedade, não devem sofrer sanção penal. Um exemplo típico seria a subtração de um bem de valor reduzido, em que a lesão ao bem jurídico é desconsiderada pelo sistema penal. Resolução Detalhada: A responsabilização penal exige que a análise da culpabilidade do agente esteja presente, ou seja, é necessário verificar se houve dolo ou culpa para que a pena possa ser aplicada. Sem essa avaliação, não se justifica a aplicação de sanções penais. Resolução Detalhada: A diferença entre crime doloso e crime culposo reside na intenção do agente. O crime doloso ocorre quando o agente deseja o resultado ou assume o risco de realizá-lo, enquanto o crime culposo se dá por falta de cuidado, ocasionando resultados danosos sem intenção de causar o mal, caracterizado pela imprudência, negligência ou imperícia. Portanto, essas nuances definem a apreciação jurídica e a gravidade dos atos. Junte-se ao nosso Grupo VIP - ENEM 2024 - no WhatsApp e receba os calendários e dicas para as provas! Clique no botão abaixo para ter acesso ao Grupo VIP! Sobre o garantismo jurídico, analise as proposições abaixo: I - O garantismo jurídico surge nos anos 1970, na Itália, restrito ao Direito Penal, como movimento em oposição à redução dos direitos e garantias penais e processuais penais, em reação a uma legislação de exceção implementada sob a justificativa do combate ao terrorismo. II - Atualmente o garantismo jurídico é entendido de maneira mais ampla, sendo um modelo de Direito que subordina os poderes à garantia dos direitos, submetendo a sua atuação, em primeiro lugar, à efetivação dos direitos humanos e direitos fundamentais. III - O garantismo jurídico pode ser entendido como sinônimo de Estado Constitucional de Direito, em oposição ao paradigma clássico de Estado Liberal, alargando-o em duas direções: de um lado, a todos os poderes públicos, não só submetendo o Judiciário, mas também o Legislativo e o Executivo; e, de outro lado, também aos poderes privados, incluindo nestes o poder econômico, impondo limites à liberdade de mercado. IV - Nos dias de hoje é necessário estender o paradigma garantista aos novos poderes e instituições supraestatais, devido ao fato de que o constitucionalismo estatal é inadequado para enfrentar a crise da capacidade regulatória do Direito em relação a emergências planetárias, tais como: crise política e econômica; crise humanitária e social; crise ambiental; questão nuclear e questão criminal e corrupção dos poderes. No âmbito dos Estados Nacionais, o garantismo jurídico não encontra mais lugar, devido à necessidade de enfrentamento do terrorismo, da corrupção espalhada no poder político e da premência de crescimento econômico. Assinale a alternativa CORRETA: A. Apenas a assertiva IV está incorreta. B. Apenas a assertiva I está incorreta. C. Apenas a assertiva II está correta. D. Todas as assertivas estão corretas. E. Não respondeia. Page 2 Em relação aos modos de apreciação da culpa do agente, no caso em julgamento, ter-se-á culpa in abstrato, quando A. se atém ao exame da imprudência do agente B. se percebe que o ato lesivo só seria evitável por uma atenção extraordinária C. se leva em conta a questão da negligência do agente D. se faz uma análise comparativa da conduta do agente com a do homem normal E. se verifica que a lesão de direito adveio de uma abstenção Page 3 Acerca da imputabilidade penal, do erro de tipo e da exclusão de punibilidade, julgue os itens que se seguem. Considere a seguinte situação hipotética. Hiran, tendo ingerido voluntariamente grande quantidade de bebida, desentendeu-se com Caetano, seu amigo, vindo a agredi-lo e a causar-lhe lesões corporais. Nessa situação, considerando que, em razão da embriaguez completa, Hiran era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender a ilicitude de sua conduta e de determinar-se de acordo com este entendimento, pode-se reconhecer a sua inimputabilidade. Page 4 De acordo com o consagrado na doutrina, a honra subjetiva reside no sentimento de cada pessoa a respeito de seus próprios atributos físicos, morais ou intelectuais; a honra objetiva, no sentimento que as outras pessoas possuem a respeito da reputação de alguém no atinente a estes mesmos atributos. No Código Penal, a proteção destes bens está estabelecida na forma da incriminação da injúria, da calúnia e da difamação. Diante do enunciado, considere as assertivas abaixo. I - A injúria ofende a honra subjetiva da pessoa. II - A calúnia e a difamação ofendem a honra objetiva da pessoa. III - O fato de A dizer a B, em ambiente reservado, sem a presença de terceiros: B, tu és um dos beneficiados da corrupção havida no Órgão X e deves ter subornado o Promotor para não teres sido incluído na denúncia, constitui crime de injúria. Quais são corretas? A. Apenas I B. Apenas II C. Apenas III D. Apenas I e II E. I, II e III Page 5 Quanto a tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade, julgue os itens a seguir. São elementos do fato típico: conduta, resultado, nexo de causalidade, tipicidade e culpabilidade, de forma que, ausente qualquer dos elementos, a conduta será atípica para o direito penal, mas poderá ser valorada pelos outros ramos do direito, podendo configurar, por exemplo, ilícito administrativo. Page 6 A respeito dos institutos de direito penal, julgue os itens de 86 a 90. Considere que Fábio, antes de passar pela porta giratória de segurança, tenha deixado seu aparelho celular na caixa de vidro ao lado dessa porta, para entrar em uma agência bancária. Quando foi recolher o seu pertence, por engano, apoderou-se de um aparelho idêntico ao seu, mas que pertencia a outro cliente. Nessa situação, trata-se de erro de tipo essencial inescusável, devendo Fábio responder pelo delito de furto culposo. Page 7 Considere as assertivas abaixo sobre lesão corporal, penas restritivas de direitos e medidas de segurança. I - A condenação do acusado por lesão corporal leve não admite a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. II - A perda de um dos rins, pelo ofendido, decorrente da agressão praticada pelo agente, constitui lesão grave, e não lesão gravíssima. III - Comprovada a presença de doença mental na pessoa do acusado do delito de lesão corporal, fica o réu isento de pena caso inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, devendo ficar sujeito, no entanto, à internação ou a tratamento ambulatorial pelo tempo correspondente ao máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime que lhe foi atribuído. Quais são corretas? A. Apenas I B. Apenas II C. Apenas III D. Apenas I e III E. I, II e III Page 8 Sobre o tratamento jurídico-penal do erro, analise as seguintes afirmativas e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas. () O erro de fato e o erro de direito, próprios do paradigma causalista, correspondem, no finalismo, ao erro de tipo e ao erro de proibição, respectivamente, sem alteração de significado. () A teoria limitada diverge da teoria extremada da culpabilidade, porém ambas adotam, no tocante ao tratamento do erro nas descriminantes putativas, a mesma solução. () No erro que recai sobre o curso causal e no erro sucessivo não há exclusão do dolo. () O erro sobre o alcance da insignificância como conceito jurídico-penal é um erro de proibição sui generis, que exclui o dolo e prejudica a culpabilidade, sendo desnecessária a análise da evitabilidade. Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras CORRETA. A. (V) (V) (F) (V) B. (F) (V) (F) (F) C. (V) (F) (V) (V) D. (F) (F) (V) (F) (F) Page 9 A problemática do bem jurídico, morescador da tutela penal, é assunto de alta sensibilidade nos dias atuais, na medida em que o direito penal contemporâneo lida, frequentemente, com questões concernentes a bens jurídicos coletivos e de alta complexidade na sua consideração, inclusive para o debate na doutrina nacional, sobretudo quando busca diferenciar bens jurídicos e funções. Assim, a tendência de espiritualização dos bens jurídicos é um dos grandes desafios do estágio atual da dogmática penal. Nesse cenário de ideias, seria correto afirmar: I - A radicalização da tendência da espiritualização dos bens jurídicos protegidos penalmente não envolve nenhum risco para um direito penal de um Estado Democrático, antes, pelo contrário, aumenta consideravelmente as garantias individuais. II - A tendência de “espiritualização” dos bens jurídicos pode ser suficientemente mitigada com a simples redução à sua característica de pessoalidade, isto é, que interesse, antes de tudo, à pessoa humana. III - A tendência de “espiritualização” dos bens jurídicos pode ser concretamente mitigada com a consideração conjunta da noção de pessoalidade com a de substancialidade, e não ser deduzida apenas de um dado normativo. IV - A noção de bem jurídico, neste contexto, não pode ter como objeto de proteção da norma situação referentes à moralidade pública, aos bons costumes, ao sentimento do povo e outras semelhantes. V - O bem jurídico, portanto, como advertia Roxin, nada tem a ver com o caráter de objeto valorado, prescindindo assim de qualquer alteração do mundo exterior ou juízo de valor de qualquer natureza. A. Somente a alternativa I é verdadeira. B. As alternativas II e V são verdadeiras. C. Somente a alternativa II é verdadeira. D. As alternativas III e IV são verdadeiras. E. As alternativas II e V são verdadeiras. Page 10 Considere as assertivas abaixo sobre concurso de pessoas. I - Na doutrina nacional, os crimes funcionais próprios constituem infrações penais em que a qualidade de funcionário público do agente é elementar do tipo legal de delito, assim como ocorre na concussão ou na corrupção passiva. II - Os crimes funcionais impróprios são identifica-veis porque o fato punível é incriminado, mesmo quando não praticado por funcionário público, como acontece com o delito de peculato. III - Sabendo-se que não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime, segue-se que o particular que se beneficia do desvio de rendas públicas praticado pelo Prefeito Municipal não responde pelo crime de peculato definido no Decreto-Lei no 201/1967, mas sim por peculato previsto no Código Penal. Quais são corretas? A. Apenas I B. Apenas II C. Apenas III D. Apenas I e II E. I, II e III Page 11 É certo afirmar: I. Os crimes de calúnia, de injúria e de difamação cometidos através da imprensa escrita, terão o seu tipo penal estabelecido pela Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa). II. Os crime contra a fauna possuem como objeto jurídico a preservação do meio ambiente como um todo, tendo como objeto material os animais da fauna silvestre, nativos e que estiverem em rota migratória. III. O crime de abuso de autoridade pode ocorrer tanto por dolo como por culpa, essa de forma lato ou stricto sensu. IV. Destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial se constitui em crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Analisando as proposições, pode-se afirmar: A. somente as proposições I e IV estão corretas. B. somente as proposições II e IV estão corretas. C. somente as proposições I e III estão corretas. D. somente as proposições I e III estão corretas. Page 12 É certo afirmar: I. Quando através da lesão corporal dolosa ocorrer o evento morte, mesmo que as circunstâncias evidenciem que o agente não quis o resultado, ainda assim, responderá pelo crime de homicídio. II. Exportar alguém por meio de relações sexuais a contágio de moléstia grave, sabendo ser doente ou devendo saber, configura-se em crime. III. Configura crime de cárcere privado a conduta de filho que interna a mãe contra a vontade desta, em casa de saúde, somente para se usufruir dos bens da genitora. IV. Não se constitui em injúria, calúnia ou difamação a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador. Analisando as proposições, pode-se afirmar: A. Somente as proposições II e IV estão corretas. B. Somente as proposições II e III estão corretas. C. Somente as proposições I e III estão corretas. D. Somente as proposições I e IV estão corretas. Page 13 Julgue os itens a seguir, acerca do direito penal brasileiro. I. A culpabilidade, como fundamento da pena, possui como elementos positivos específicos de sua concepção dogmática a capacidade de culpabilidade, a consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, sendo a ausência de qualquer um deles suficiente para impedir a aplicação da sanção penal. II. Caso alguém, consentiente da ausência de risco pessoal, da situação de perigo e da necessidade de prestar socorro a outrem, deixe de prestá-lo, por acreditar não estar obrigado a fazê-lo por não possuir qualquer vínculo com a vítima e por não ter concorrido para o perigo, fica caracterizado o erro fundamental em relação ao crime de omissão de socorro. III. No que tange às infrações penais previstas no Estatuto do Estrangeiro, a pena prevista para a entrada, sem autorização, no território nacional é de deportação, e a pena prevista para a introdução de estrangeiro clandestino ou a ocultação de clandestino ou irregular, para o estrangeiro autor do crime, é de expulsão. IV. Tratando-se de crime de tortura praticado por servidor público, a perda do cargo público não é efeito automático e obrigatório da condenação, sendo necessária fundamentação específica para tal finalidade na sentença penal condenatória. V. Tratando-se de crime de resistência, o fato de esta ser oposta a dois ou mais policiais que prendam o agente configura concurso formal de crimes. A quantidade de itens certos é igual a Page 14 De acordo com o Código Penal, pode-se afirmar que: I. Há concurso formal quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não; porém, quando a prática de dois ou mais crimes, idênticos ou não, se dá por mais de uma ação ou omissão, há concurso material. II. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos. Sobrelevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á uma unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido. III. Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público. IV. A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro se estende a este. A. As afirmativas I e IV estão corretas. B. As afirmativas II e IV estão corretas. C. Somente a proposição II está correta. D. As afirmativas II e III estão corretas. E. Todas as afirmativas estão corretas. Page 15 Jorge é uma pessoa má e sem caráter, que sempre que pode prejudica outra pessoa. Percebendo que Ivete está muito triste e deprimida porque foi abandonada por Mateus, Jorge inventa uma série de supostas traições praticadas por Mateus que fazem Ivete sentir-se ainda mais desprezível, bem como deturpa várias histórias de modo que Ivete pense que nenhum de seus amigos realmente gostá dela. Por causa das conversas que mantém com Jorge, Ivete desenvolve o desejo de autodestruição. Percebendo isso, Jorge continua estimulando seu comportamento autodestrutivo. Quando Ivete já está absolutamente desolada, Jorge se oferece para ajudá-la a suicidar-se, e ensina Ivete a fazer um nó de força com uma corda para se matar. No dia seguinte, Ivete prepara todo o cenário do suicídio, deixando inclusive uma carta para Mateus, acusando-o de causar sua morte. Vai até a casa de Mateus, amarra a corda na vigia da varanda, sobe em um banco, coloca a corda no pescoço e pula para a morte. Por causa do seu peso, a vigia de madeira onde estava a corda se quebra e Ivete apenas cai no chão. Como consequência da tentativa frustrada de suicídio, Ivete sofre apenas arranhões leves. Assinale a alternativa que indique a pena a que, por esse comportamento, Jorge está sujeito. A. Tentativa de homicídio. B. Lesão corporal leve. C. Induzimento ou instigação ao suicídio. D. Auxílio ao suicídio. E. Esse comportamento não é punível. Page 16 Com relação à tentativa, analise as seguintes afirmações: I. os crimes unissubstíveis, os crimes omissivos próprios e as contravenções penais, entre outros, não admitem a figura da tentativa; II. nosso Código Penal adotou a teoria objetiva como fundamento para a punição do crime tentado conforme se observa no art. 14, parágrafo único: "pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços"; III. o crime de cárcere privado é um exemplo de crime que não admite a tentativa. Está correto o contido em A. I, somente. B. I e II, somente. C. I e III, somente. D. II e III, somente. E. I, II e III. Page 17 "Marius" tinha um revólver eficiente, municiado com seis projéteis. Com a intenção de matar, efetuou com esta arma dois disparos contra "Tercius", sem acertá-lo. Podia prosseguir atirando, mas, por vontade própria, não prosseguiu no seu intento. No exemplo acima: A. desistência voluntária. B. arrependimento eficaz. C. crime-falso. D. arrependimento posterior. Page 18 Quanto às penas, considere: I. Podem iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto os não-reincidentes condenados à pena de reclusão superior a dois anos e não excedente a seis. II. Estão obrigatoriamente sujeitos ao regime fechado, no início do cumprimento da pena, os condenados não-reincidentes, cuja pena seja superior a seis anos. III. O condenado não-reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto. IV. Os condenados por crime contra a administração pública terão a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada, dentre outras hipóteses, à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais. Está correto o que se afirma APENAS em A. I e II. B. I e IV. C. II e III. D. II e IV. E. III e IV. Page 19 Considerando os delitos contra a pessoa, julgue os itens abaixo. I Havendo morte ou lesão corporal de natureza grave durante uma rixa, todos os seus participantes deverão sofrer maior punição, independentemente de serem ou não os responsáveis pelo resultado, incidindo no crime de rixa qualificada. II Considere a seguinte situação hipotética. Mário e Bruno, pretendendo matar Nilo, mediante o uso de arma de fogo, postaram-se de emboscada, ignorando cada um o comportamento do outro. Ambos atiraram na vítima, que veio a falecer em virtude dos ferimentos ocasionados pelos projéteis disparados pela arma de Bruno. Nessa situação, é correto afirmar que Mário e Bruno são co-autores do homicídio perpetrado. III No homicídio preterintencional ou preterdoloso, o agente deverá responder por culpa em relação ao resultado morte. IV Considere a seguinte situação hipotética. Jorge e Lucas, sob juramento, decidiram morrer na mesma ocasião. Para isso, ambos trancaram-se em um quarto hermeticamente fechado e Jorge abriu a torneira de um botijão de gás; todavia, apenas Lucas morreu. Nessa situação, Jorge deverá responder por participação em suicídio. V Nos crimes de difamação e injúria, havendo a retratação do ofensor antes da sentença, extingue-se a punibilidade. Estão certos apenas os itens A. I e III. B. I e V. C. II e III. D. II e IV. E. IV e V. Page 20 Pedro, médico, foi perito judicial numa ação judicial e solicitou R\$ 3.000,00 ao advogado do autor para apresentar laudo favorável ao seu cliente. O advogado pagou a quantia solicitada, mas Pedro apresentou laudo totalmente contrário à pretensão do autor. Nesse caso, Pedro A. não cometeu crime contra a administração pública, porque não é funcionário público. B. cometeu crime de concussão, porque formulou solicitação de vantagem indevida. C. cometeu crime de corrupção passiva, porque solicitou vantagem ilícita em razão de sua função. D. não cometeu crime contra a administração pública, porque não apresentou o laudo falso que havia prometido. E. cometeu crime de prevaricação, porque praticou indevidamente ato de ofício. Voltar ao topo© Pense Direito 2020 - 2025Email para elogios e sugestões: penseditoioficial@gmail.comEssa é uma ferramenta gratuita, com questões geradas por IA.Contribua com um PIX para manter o projeto: 7f6998d9-924f-44e8-9f42-86992f6a0f16Política de Privacidade Estudando para concursos? Responda as 20 questões abaixo para treinar seus conhecimentos, obter sua nota e ver o gabarito sobre este tema:

- <http://polaryachtmanufactory.com/res/wysiwyg/file/porege.pdf>
- [gupaxi](#)
- [12.4.7 practice questions](#)
- [retro bowl college unblocked 6x](#)
- <http://capitaloffice.pl/fortki/file/rbf118ab-dc84-4506-81fe-0307f72d39dc.pdf>
- <https://multirehabilitationcentres.org/ci/userfiles/files/87125823329.pdf>
- <http://database.gluukom.cz/upload/files/d0b9bc8d-e31c-4bc8-a9cb-bd0df03e76b2.pdf>
- <http://digifast.cz/userfiles/2d6919db-4315-4a5e-ae05-ad300c03efee.pdf>
- [bonne anee 2025](#)
- [lista de confirmação de presença](#)
- [pime](#)
- <https://cayxanhgreenlife.com/upload/files/90977407166.pdf>
- [yogohobe](#)
- [cuiyacu](#)
- <http://vesimport.ru/userfiles/file/nizebijudunefez.pdf>
- [zavisoreca](#)
- <http://aaaexpressac.com/userfiles/file/xumew.pdf>
- <http://vayvnd.com/upload/files/46381945528.pdf>
- [bediba](#)